

Stélio concorda que escoramento foi mal feito em São Mateus

O escoramento do casario no Porto de São Mateus não foi bem feito, acentuou ontem o secretário da Educação, Stélio Dias, que constatou pessoalmente o problema. As obras foram executadas pela empreiteira contratada Azevedo e Loyola Engenharia. Porém, Stélio não considera válidos as críticas de técnicos da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), de que o Estado é o culpado pela situação no local, embora admita que a Fundação Cultural, responsável pelo projeto, não assessorou tecnicamente a empreiteira na realização do serviço.

Os técnicos da SPHAN denunciaram na semana passada que as obras de escoramento do casario do Porto de São Mateus foram mal feitas e que o culpado por qualquer desabamento seria o Estado. Ontem, o secretário da Educação, a quem o problema agora está afetado, com a criação do Departamento de Cultura rebateu essa crítica. "Vou a Brasília no dia 6 de janeiro participar da reunião na Secretaria do Patrimônio e me inteirar de por que tudo está parado no Porto", prometeu Stélio.

O histórico sobre o Porto, até à paralisação dos serviços, tem vários pontos obscuros e não devidamente esclarecidos. Segundo se sabe, a Seplan da Presidência da República repassou a primeira parcela dos Cr\$ 6 milhões, num total de Cr\$ 1 milhão e 350 mil e o Estado a sua parte totalmente, ou seja, Cr\$ 1 milhão e 200 mil. Exigia para o repasse da segunda o envio dos projetos, o que

segundo a Sedu foi feito, mas a verba não foi liberada. Em abril deste ano, a empreiteira comunicou que as obras foram paralisadas por falta de frente de trabalho.

PRESSÃO

Estra-oficialmente, o secretário Stélio Dias também admite isso. Os técnicos da Secretaria do Patrimônio não ficaram satisfeitos com as obra de escoramento, mas não oficializaram sua opinião à Fundação Cultural, responsável na época pelo programa de restauração do Porto, mas não liberaram as parcelas seguintes dos recursos como forma de pressão. O correto, segundo Stélio, seria a oficialização das restrições às obras, para a Fundação então denunciasse o contrato com a empreiteira, rescindindo-o. Isso não ocorreu até ontem.

O secretário, entretanto, já promete rever o assunto e dar prioridade um ao caso, podendo inclusive denunciar o contrato. "Pelo que me consta, a firma encarregada do serviço não é especializada na realização deste tipo de serviço e não tendo a devida assessoria técnica não realizou o serviço a contento. Avaliada a questão e rescindido o contrato, vamos fazer novo edital, já para a segunda fase do programa, só que tendo o cuidado no sentido de escolher uma firma com experiência no ramo". Stélio revelou ainda que as regras que norteiam as licitações públicas sempre levam à escolha da empresa que oferece o menor preço.

"Este critério, seguramente, não será o que norteará a nova licitação".

No encontro que terá em Brasília, o secretário da Educação disse que pretende restabelecer as comunicações com a Secretaria do Patrimônio e a Seplan, no sentido de dar continuidade às obras no Porto de São Mateus. "O Porto de São Mateus está para o Espírito Santo como Ouro Preto está para Minas, e representa um importante acervo histórico, artístico e cultural para todos os capixabas e por isso não pode, não deve desaparecer. Da nossa parte tudo faremos para impedir tal coisa", prometeu Stélio.

PROCESSO

Muitas das informações existentes na Secretaria da Educação acerca dos projetos para o Porto de São Mateus não constam no processo sobre o caso, que tem o número 466/79, e foram prestadas para assessores de Stélio Dias pela Fundação Cultural. Não constam do processo, por exemplo, as supostas restrições dos técnicos da Secretaria do Patrimônio sobre os serviços de escoramento executados pela Azevedo e Loyola, e que ao que tudo indica acabou por fazer com que os repasses, apesar da Fundação cumprir todos os requisitos, não fossem feitos.

A Secretaria da Educação entende que se estas restrições fossem oficializadas, certamente o contrato "seria denunciado e consequentemente rescindido, por inadimplência".